CENÁRIO DE LONGO PRAZO PARA AS MPE

(Brasil e Ambiente Externo)

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UGE – Unidade de Gestão Estratégica
NEP – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Analista Paulo Jorge de Paiva Fonseca
Março de 2011.

Objetivo

O presente trabalho nasce da necessidade de se elaborar um cenário de longo prazo para as micro e pequenas empresas com o objetivo de subsidiar as estratégias de atuação do SEBRAE junto às MPE, identificando oportunidades de melhorias e de desenvolvimento de novos produtos, ampliando, assim, sua participação no universo das micro e pequenas empresas.

Metodologia

Este cenário se balizou em dados/informações obtidas em fontes secundárias (IBGE, BACEN, IPEA, MTE, FGV, CNI etc), que disponibilizam, periodicamente, dados sobre importantes variáveis macroeconômicas.

Para efeito de projeção das variáveis macroeconômicas brasileiras, como inflação, câmbio, meta da taxa Selic e PIB, foram consideradas as expectativas dos analistas de mercado (mediana), disponibilizadas no site do Banco Central do Brasil. Para as variáveis macroeconômicas de outros países/blocos econômicos, foram utilizadas as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Inicialmente, este trabalho estará apresentando um único cenário de longo prazo para as MPE, que entendemos ser o mais provável.

A periodicidade de atualização deste cenário será trimestral, sendo disponibilizado nos mesmos meses de divulgação do PIB trimestral pelo IBGE (março, junho, setembro e dezembro).

Análise

BRASIL

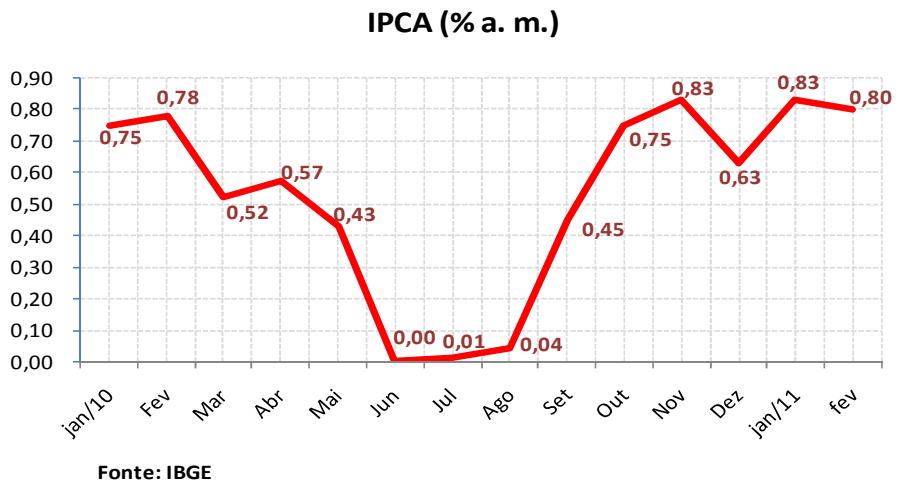
A economia brasileira entra em 2011, sustentada pelo expressivo crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto no ano passado. As condições econômicas que contribuíram para esse quadro, na verdade, já vinham se desenhando desde 2009, quando o governo, para enfrentar a crise econômica mundial, adotou uma política econômica anticíclica, com redução/isenção de impostos, redução da taxa básica de juros (Selic), aumento dos gastos correntes etc. Essas medidas, somadas ao crescimento da massa salarial (aumento do nível de emprego e renda da população) e a programas sociais como o "Bolsa família", potencializaram a demanda agregada.

Entretanto, se por um lado, esse crescimento acentuado da demanda interna por bens e serviços fez com que o país saísse mais cedo da crise – o PIB brasileiro cresceu cerca de 2,3% a.a., no período 2008/09, enquanto o PIB mundial cresceu apenas cerca de 1,0% –, vem contribuindo, por outro lado, com um aumento mais vigoroso da inflação, situação essa agravada pelos expressivas elevações dos preços das *commodities* agrícolas e minerais.

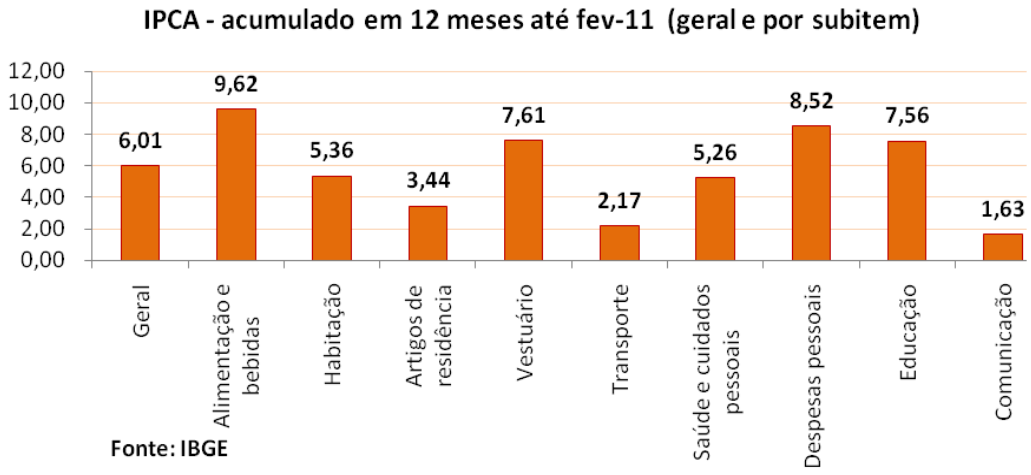
Assim, como a inflação tem merecido especial atenção do governo nos últimos meses, exigindo a adoção de medidas macroprudenciais associadas à políticas monetária e fiscal de caráter mais restritivo, visando a contenção do consumo e dos gastos públicos, com reflexo direto no setor produtivo da economia, iniciaremos nossa análise, focando essa variável.

Inflação

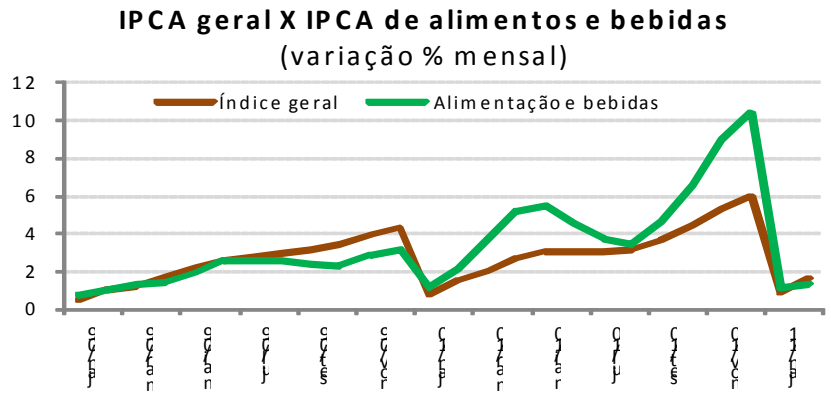
O IPCA – índice monitorado pelo governo, para efeito de estabelecimento de metas de inflação – registrou elevação de 0,80% em fevereiro passado, segundo o IBGE, ficando pouco abaixo do percentual observado em janeiro (0,83%). Porém, no primeiro bimestre de 2011, já acumula alta de 1,64% e, nos doze últimos meses até fevereiro, a elevação é de 6,01%, aproximando-se do limite superior da banda da meta de inflação (6,5%), fixada pelo Conselho Monetário Nacional para este ano.



Analisando-se o IPCA de forma desagregada, podemos perceber que os subitens "Alimentação e bebidas", "Despesas pessoais", "Vestuário" e "Educação" foram os que mais contribuíram para o aumento de 0,8% do índice em fevereiro deste ano.



Entretanto, importante destacar que o grupo "Alimentação e bebidas" acumula aumento neste ano de 1,36%, menor que o aumento acumulado do IPC geral (1,64%), o que pode estar sinalizando redução do ritmo de crescimento dos preços dos alimentos para este ano.



Fonte: IBGE

Tomando-se por base agora o IGP-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, que tem o Índice de Preço no Atacado (IPA) como seu principal componente (peso de 60%), podemos verificar que esse índice apurou uma inflação de 1,0% em fevereiro deste ano, puxado por um IPA de 1,97%. Dos subitens que compõem o IPA, as matérias-primas brutas e os produtos agropecuários foram os que apresentaram maiores crescimentos em fevereiro (2,97% e 2,75%, respectivamente). No acumulado dos doze últimos meses (até fev-11), esses subitens já registram aumentos de 39,18% e 29,68%, na mesma ordem, bem maior que a elevação de 5,96% acumulada no Índice de Preço ao Consumidor (IPC), que também compõem o IGP-M (vide quadro a seguir).

IGP-M - com desdobramento do IPA por estágios e origem.

IGP-M	jan/11	fev/11	Acum. ano (2011)	Acum. 12 meses (até fev-11)
Geral	0,79	1,00	1,80	11,30
➢IPA	0,76	1,20	1,97	13,93
Estágios				
> Bens finais	0,08	0,17	0,26	4,55
> Bens intermediários	0,78	0,76	1,55	7,16
> Matérias-primas brutas	1,50	2,97	4,52	39,18
Origem				
> Produtos Agropecuários	1,27	2,75	4,05	29,68
> Produtos Industriais	0,57	0,64	1,22	9,03
➢IPC - Todos os itens	1,08	0,67	1,76	5,96
➢INCC - Todos os itens	0,37	0,39	0,76	7,46

Fonte: FGV

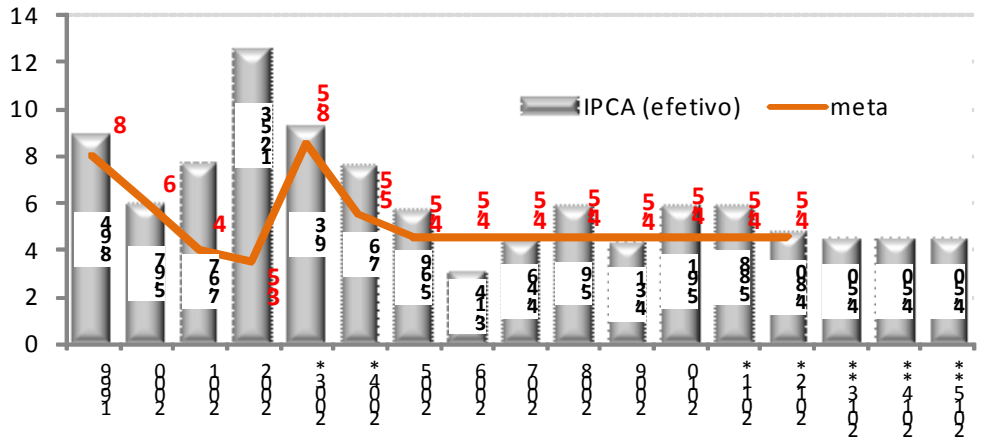
Podemos perceber então que o país vem convivendo com uma forte pressão inflacionária ao longo das cadeias produtivas (inflação de custo), em função dos expressivos aumentos de preços das *commodities* agrícolas e minerais, refletindo-se nos índices de preço, principalmente, em nível de atacado. Porém, como os índices de preço ao consumidor final (IPC, por exemplo) vêm registrando taxas menores de aumentos em relação ao IPA, podemos inferir que as elevações de preços, em nível de atacado, não estão sendo totalmente repassadas aos “elos” finais dessas cadeias.

Ou seja, o setor industrial está arcando com uma inflação maior do que o comércio atacadista e o varejista, absorvendo, assim, boa parte desse custo, o que representa retração maior de suas margens de lucro. O aumento da participação de produtos importados no consumo interno tem sido decisivo para evitar o repasse da alta de insumos para os preços dos bens industriais tanto em nível de atacado como de varejo.

No entanto, com a continuidade de um mercado consumidor aquecido, cria-se um “campo fértil” para que o segmento industrial vá, aos poucos, repassando ao longo da cadeia produtiva, parte dos aumentos dos insumos, o que tende a agravar o atual quadro inflacionário.

Segundo projeções do mercado, consolidadas pelo Banco Central (18.03.11), a perspectiva é de que o IPCA apresente elevação de 5,88% este ano, o que demonstra o sentimento do mercado de que as medidas macroprudenciais implementadas pelo governo, aliadas ao aperto monetário, dificilmente alcançarão o efeito desejado este ano: trazer a inflação para o centro da meta (4,5%), fato que só deve acontecer a partir de 2013.

IPCA (tx. Efetiva anual) *versus* **Meta**



Fonte: BACEN (18.03.11)

Nesse contexto, uma *commodity* que merece ser acompanhada de perto, por se tratar de insumo básico para a maioria das cadeias produtivas, com forte peso nos índices de inflação, é o petróleo, tendo em vista que seu preço internacional já supera os US$ 113,00 por barril (tipo Brent, negociado em Londres).

O último reajuste de preço da gasolina, promovido pela Petrobras, ocorreu em junho de 2009. De lá para cá (até o dia 14.03.2011), o barril de petróleo (tipo Brent) ficou 38,5% mais caro, enquanto, no mesmo período, o real se valorizou em 13,9%, passando de R$ 1,93 para R$ 1,66, o que mostra que o câmbio não compensou o aumento internacional do preço do petróleo no período. Inclusive, como o real já se encontra muito valorizado em relação ao dólar, dificilmente terá condições de compensar novos reajustes internacionais no preço dessa *commodity* (e de outras), daqui para frente.

Embora a política da estatal seja a de não repassar volatilidades de preços internacionais dos derivados do petróleo, para os preços dos produtos que comercializa internamente, tem procedido reajustes nos preços do querosene de aviação, da nafta (usada na indústria petroquímica) e do óleo combustível, preservando os preços da gasolina e do óleo diesel, muito provavelmente em função do grande impacto que tais reajustes causariam na maioria das cadeias produtivas dos diversos setores da economia. O problema, no entanto, é que os preços dos combustíveis cobrados pelas distribuidoras aos postos e destes ao consumidor final são livres, ou seja, fogem ao controle da estatal, e oscilam basicamente em função da concorrência e da demanda.

Não obstante esses aspectos, dificilmente a Petrobras efetuará reajustes nos preços da gasolina e do óleo diesel, no mercado interno, pois isso pressionaria ainda mais a inflação, comprometendo todos os esforços do governo para combatê-la.

No curto prazo, a maior demanda japonesa por esse combustível, em função dos problemas vivenciados em suas usinas de energia nuclear, deverá pressionar ainda mais os preços internacionais do petróleo.

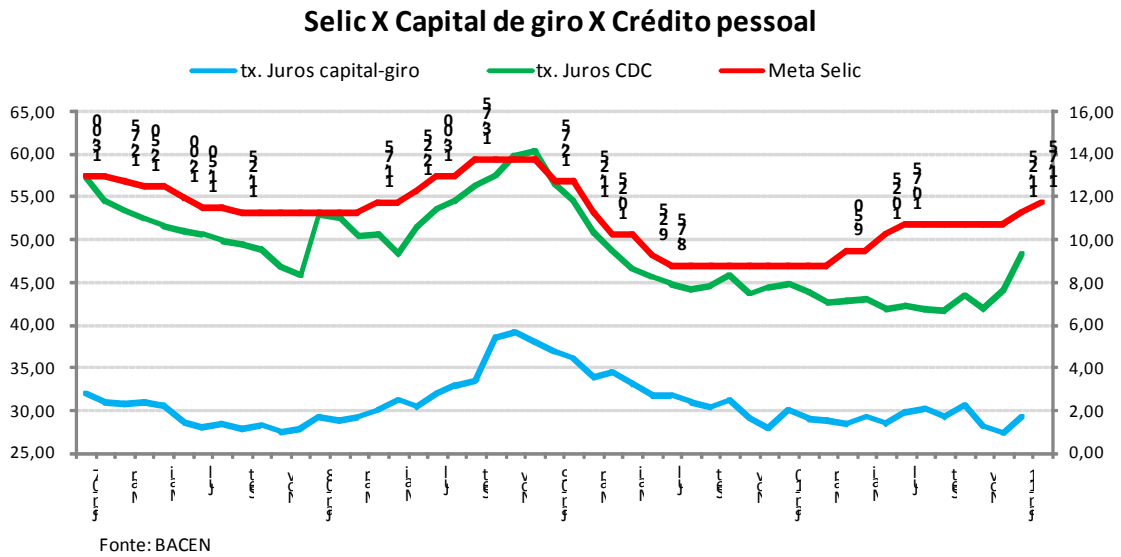
Já em uma visão de longo prazo, espera-se que os preços do petróleo recuem com a diminuição dos conflitos políticos na Líbia e no Oriente Médio, mas deverão se situar em um patamar mais alto nos próximos anos, em função do maior crescimento da economia mundial, principalmente, dos países emergentes. Esse quadro tende a beneficiar o Brasil, a partir de 2013, com o pré-sal.

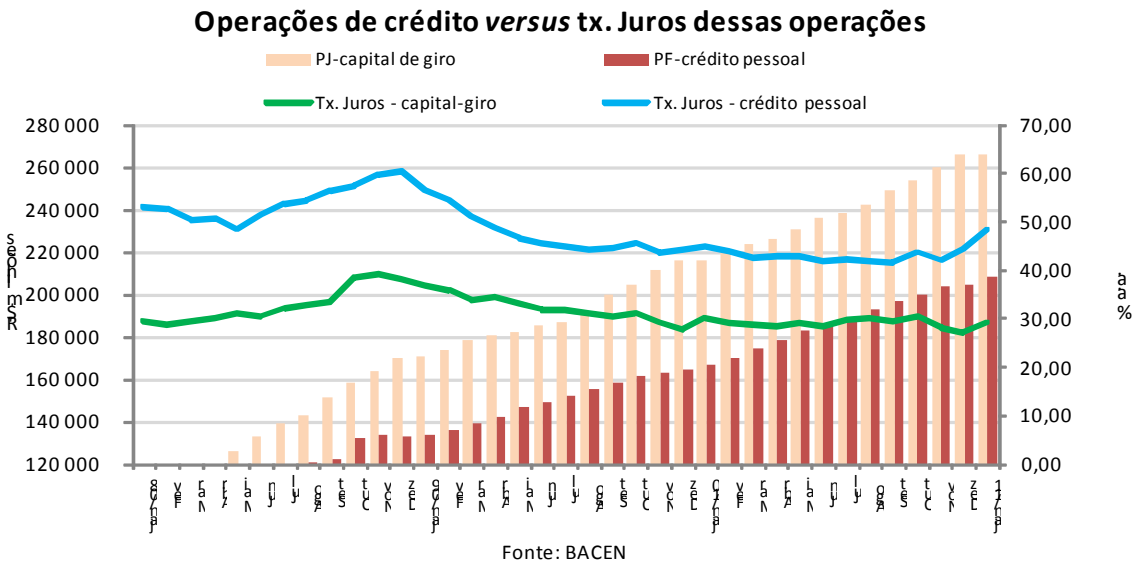
Política Monetária e medidas macroprudenciais

Objetivando conter a inflação e trazê-la para o centro da meta (4,5%), o governo vem-se valendo de instrumentos de política monetária como, por exemplo, o aumento da taxa básica de juros (Selic) e tem associado a essa política medidas de caráter macroprudencial para, em última análise, reduzir o risco sistêmico. Tais medidas afetam diretamente as operações de crédito, tornando-as mais escassas e “caras”.

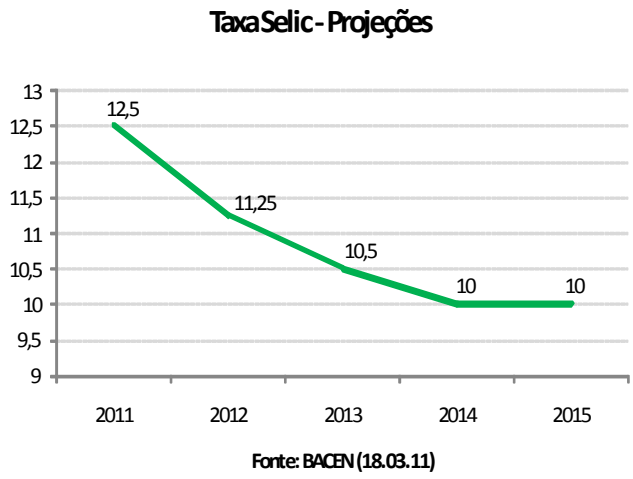
Em sua última reunião (1º e 02.03.11), o Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, de 11,25% para 11,75% a. a., dando continuidade à política monetária de caráter mais restritivo, com o firme propósito de retrair o consumo e, conseqüentemente, a inflação.

Não obstante as elevações da taxa Selic em abril, junho e julho do ano passado, as operações de crédito do sistema financeiro privado, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, registraram sucessivos aumentos ao longo de 2010. As taxas de juros do capital de giro e do crédito pessoal oscilaram no período, mas não foram capazes de conter a demanda por crédito, mesmo com uma subida mais acentuada da taxa de juros do crédito pessoal em dez-10 e jan-11 e do capital de giro, em jan-11.





Embora os aumentos das taxas de juros não tenham surtido ainda o efeito desejado, essa realidade tende a mudar nos próximos meses. A perspectiva é de reduções no volume demandado, nos próximos meses, principalmente nas operações de longo prazo como, por exemplo, nos financiamentos de veículos, até porque o mercado trabalha com a perspectiva de novos aumentos na Selic até o final do ano. Já para os próximos anos, espera-se queda gradual da Selic, devendo se situar na faixa de 10% a.a., em 2014 e 2015 (gráfico ao lado).



Importante ressaltar, que o encarecimento do crédito, em linhas como capital de giro, por exemplo, poderá causar desequilíbrio financeiro no fluxo de caixa das MPE, tendo em vista que muitas dessas empresas se valem dessas linhas não só para financiarem suas atividades operacionais, mas também para concretizarem seus investimentos, dadas às dificuldades que enfrentam para conseguir créditos mais baratos (para investimentos) junto ao sistema financeiro nacional.

Política Fiscal

O setor público consolidado (governo federal, estados e municípios) encerrou 2010 com superávit primário (que exclui os juros da dívida) de R$ 101,696 bilhões, correspondendo a 2,78% do PIB.

Esse resultado superou o de 2009 em 0,75 ponto percentual, mas ficou abaixo da "meta cheia", de 3,1% do PIB. Para cumprir essa meta, o governo teve que abater das despesas os projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já pelo segundo ano consecutivo.

No biênio 2009/2010, boa parte da receita foi originária de programas de refinanciamento de dívidas e de depósitos judiciais de tributos e contribuições, migrados da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, bem como da antecipação dos dividendos da Eletrobrás e capitalização da Petrobrás.

Ficou claro, assim, que o governo, nos últimos dois anos, preocupou-se mais em gerar receitas do que reduzir despesas.

Neste ano de 2011, porém, o atual governo vem demonstrando maior preocupação com os gastos, tendo anunciado recentemente corte de R$ 53,5 bilhões no orçamento público. Entretanto, os cortes deverão atingir basicamente despesas que não constavam do Orçamento original elaborado pelo governo e foram acrescentadas por emendas parlamentares e subsídios.

Com os cortes anunciados, os subsídios aos créditos concedidos pelo BNDES, por exemplo, perderiam R$ 8,9 bilhões, entretanto, comparando-se o valor aprovado para este ano com o executado no ano passado, haverá "sobra" de R$ 6,3 bilhões.

Das 27 unidades orçamentárias que seriam obrigadas a reduzir gastos este ano, 14 elevarão as suas despesas em relação a 2010. O ministério do Planejamento, por exemplo, terá à sua disposição R$ 20,135 bilhões, 295% a mais do que efetivamente gastou no ano passado. O ministério das Cidades, alvo de um dos maiores cortes, contará com 88,2% a mais no seu orçamento, no mesmo período comparativo.

Por esse ângulo, as despesas aprovadas para este ano poderão representar, na verdade, um acréscimo de R$ 90 bilhões nos gastos públicos em relação ao que foi efetivamente executado no ano passado pelo governo. Alguns analistas, inclusive, têm

questionado o impacto desses cortes na relação Despesas Públicas/PIB, alegando que a redução nessa proporção seria de apenas 0,3 ponto percentual e não de 1,0 ponto percentual, como anunciado pelo governo. Ademais, não se pode ignorar que, com um crescimento menor da economia este ano, a arrecadação do governo também tende a diminuir frente ao arrecadado no ano passado.

Não obstante essa realidade, o corte anunciado, mesmo sendo feito basicamente em cima da "intenção" inicial de gastos para este ano, obrigará algumas áreas do governo a postergarem investimentos, como é o caso do ministério do Turismo, que previa investimentos da ordem de R$ 2,644 bilhões e teve um corte de R$ 3 bilhões em seu orçamento.

Importante destacar, no entanto, que programas como o "Minha Casa, Minha Vida" e o "Bolsa Família" não serão prejudicados. Em que pese o corte de R$ 5 bilhões anunciado para o "Minha Casa, Minha Vida", esse programa receberá R$ 7,6 bilhões, o que representa R$ 1 bilhão a mais do orçamento que teve em 2010. O corte, na verdade, focou projetos referentes à segunda fase do programa, que ainda não haviam sido aprovados pelo Congresso Nacional.

O "Bolsa Família" não só será preservado como já contou com reajuste médio de 19,4%, a partir de março deste ano, o que representará aumento de R$ 2,1 bilhões nas despesas públicas. Muito provavelmente, a maior parte desses recursos será direcionada para a aquisição de alimentos, tendo em vista que o público que recebe esse benefício prioriza o atendimento de suas necessidades básicas. Estarão, dessa forma, recuperando parte de seus poderes aquisitivos frente a esses produtos, que vem registrando expressivos aumentos desde o ano passado.

Muito embora o governo venha demonstrando real intenção em colocar em prática o corte de R$ 53,5 bilhões no orçamento público este ano, analistas acreditam que referido corte poderá não ser implementado na sua totalidade. Caso isso ocorra, recairá sobre as medidas macroprudenciais, que vem sendo associadas a ajustes na política monetária, a maior responsabilidade pelo combate à inflação.

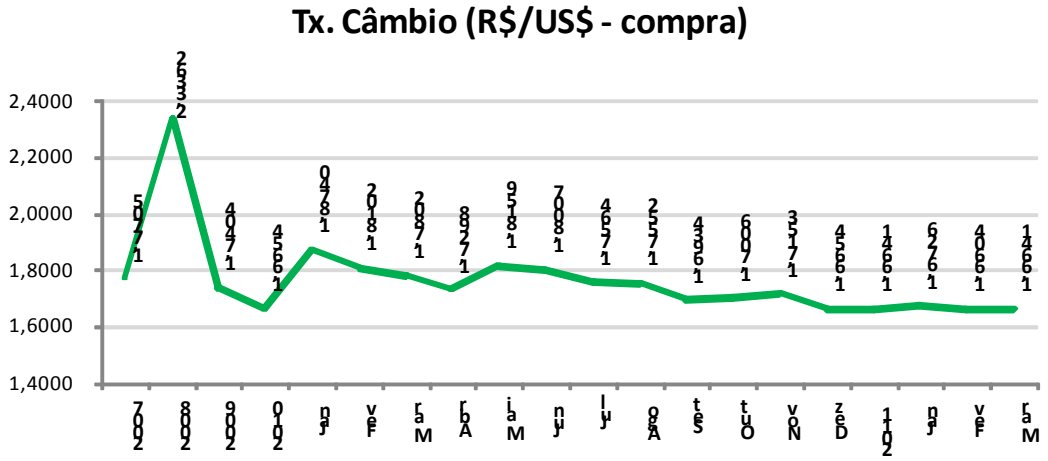
Política cambial

Com taxas de juros extremamente atrativas (maior taxa de juros real do mundo), mercado interno em expansão, crescentes oportunidades de investimentos, o Brasil continua contabilizando expressivo ingresso de capital estrangeiro, favorecido também pela retomada da liquidez no mercado externo e pela opção das potências mundiais, com os Estados Unidos, em direcionar investimentos para as economias emergentes e promissoras, como a brasileira, por exemplo.

Em 2010, o fluxo cambial (entrada e saída de moeda estrangeira no país) registrou superávit de US$ 24,354 bilhões, impulsionado pela conta financeira, que

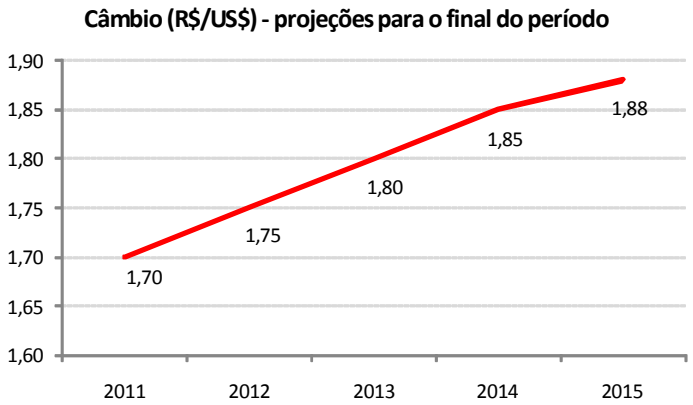
contabiliza investimentos estrangeiros diretos e em portfólio, dentre outros. Neste ano (até o dia 04 de março), já acumulava saldo positivo de US$ 24,356 bilhões, superando o verificado em todo o ano de 2010, não obstante as medidas do governo para inibir a entrada de dólares no país.

Com isso, nossas reservas internacionais já superam os US$ 310 bilhões. Se, por um lado, esse ingresso maciço viabiliza investimentos em importantes setores da economia, por outro, provoca uma apreciação ainda maior do câmbio, penalizando as exportações – o câmbio saiu de um patamar de R$ 1,80 por dólar, em junho/10, para R$ 1,66 por dólar, em março/11, valorizando-se em 11,1% nesse período.



Fonte: Bacen
Taxa no final do período

O Banco Central tem feito fortes intervenções no mercado de câmbio, com o objetivo de evitar apreciação ainda maior do real frente ao dólar. Analistas de mercado estão trabalhando com a perspectiva de dólar a R$ 1,70, no final deste ano, pressupondo recuperação das economias das grandes potências mundiais, como os EUA, por exemplo, e conseqüente aumento das taxas de juros nesses países, repatriando capitais.



Fonte: BACEN (18.03.11)

Não obstante convivermos no país com um câmbio flutuante, caberá ao Banco Central um grande desafio este ano: buscar uma taxa de câmbio tal que possa favorecer as exportações, sem alimentar mais a inflação.

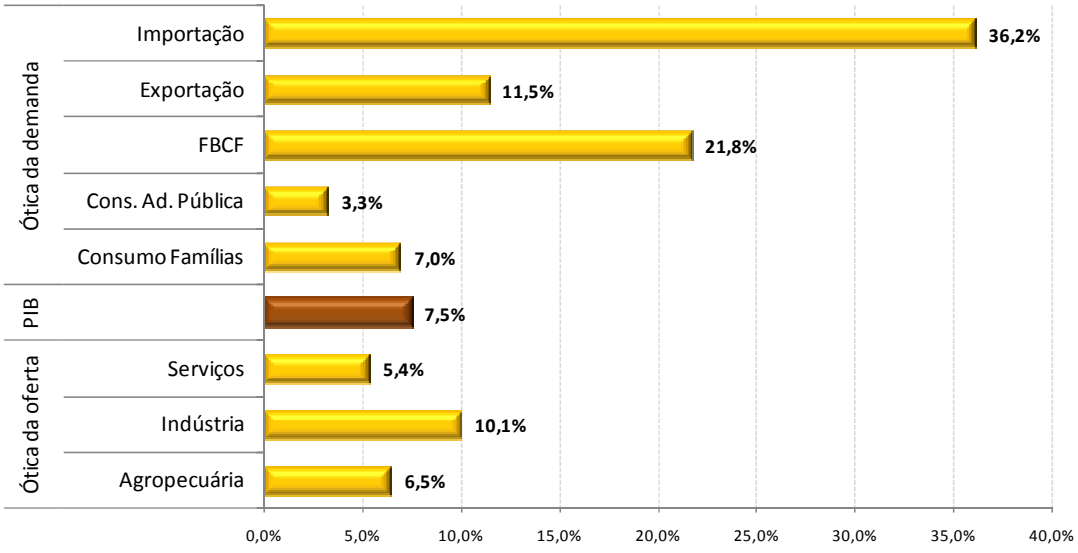
Com o patamar de taxa de câmbio, previsto para este ano, as importações continuarão sendo beneficiadas, o que tende a continuar prejudicando as MPE que atuam em setores como o de Brinquedos, Têxtil e Confecções e Calçados, por exemplo, em face da grande concorrência que essas empresas enfrentam com os produtos importados, principalmente, da Ásia.

Nível de Atividade

Análise do PIB de 2010 (ano fechado)

Segundo dados divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a preços de mercado, totalizou R$ 3,675 trilhões em 2010, ficando 7,5% acima do observado no ano anterior (maior taxa dos últimos 24 anos).

Variação % do PIB, em 2010, sobre o ano anterior



Fonte: IBGE

Sob a **ótica da oferta**, podemos destacar o desempenho da **indústria** (+10,1%), dando sustentação a esse crescimento, que poderia ter sido maior, não fosse o expressivo aumento das importações no período, favorecidas pelo câmbio valorizado. Sobressaiu-se nesse setor a atividade Extrativa Mineral, com elevação de 15,7%, seguida pela Construção Civil (+11,6%) e Indústria de Transformação (+9,7%).

A **agropecuária** também registrou bom crescimento (6,5%), em função da safra recorde de grãos, beneficiada pelas condições climáticas e pelo aumento de preços internacionais das principais *commodities* agrícolas. Destacaram-se a soja (+20,2%), o trigo (+20,1%), o café (+17,6%), o milho (+9,4%), a cana (+5,7) e a laranja (+4,1%). Ressalte-se que o atual nível de preços das *commodities* agrícolas vem

proporcionando significativos aumentos das margens de lucro de praticamente todas as cadeias produtivas.

Nos **Serviços**, os destaques foram o Comércio e as atividades de Intermediação financeira e seguros, ambos com crescimento de 10,7%. Os aumentos da taxa de emprego e da massa real de salários, aliados à expansão do crédito, garantiram o maior volume de vendas do comércio.

Sob a ótica da demanda, mereceu destaque a **FBCF** (*proxy* do investimento), que registrou aumento de 21,8%, atingindo a proporção de 18,4% do PIB e alavancando a importação e produção de máquinas e equipamentos. Para este ano é esperada elevação de 9,0% na taxa de Investimento no país, que deverá se concentrar em projetos ligados aos setores de energia elétrica (Usina de Belo Monte), petróleo, mineração e agronegócio, bem como à Copa do Mundo de Futebol (2014) e às Olimpíadas (2016). Caso esse crescimento ocorra, a relação Investimento/PIB ficará em torno de 20%.

O **Consumo das Famílias** (+7,0%) foi impulsionado pelo aumento do nível de emprego e do rendimento médio da população. Neste ano, as famílias continuarão a demandar, mas em um ritmo menor, em função das medidas macroprudenciais e do "aperto" monetário.

As **exportações** também elevaram-se de forma significativa (+11,5%), mas o crescimento de 36,2%, observado nas **Importações,** contribuiu para o déficit de R$ 36,5 bilhões no fechamento da balança comercial em 2010.

Análise do PIB do quarto trimestre de 2010

Não obstante o expressivo aumento do PIB em 2010, **no último trimestre do ano passado**, esse indicador apresentou crescimento de apenas 0,7% em relação ao terceiro trimestre (com ajuste sazonal). Após registrar desaceleração nos três primeiros trimestres do ano (crescimento de 2,2%, 1,6% e 0,4%, na ordem), esta taxa voltou a se acelerar frente à do trimestre imediatamente anterior.

Analisando-se o PIB do **quarto trimestre de 2010**, pela **ótica da oferta**, mereceu destaque a atividade de **Serviços**, com alta de 1,0%. **Agropecuária** e **Indústria** apresentaram queda de 0,8% e 0,3%, respectivamente.

Na **indústria**, a variação negativa foi puxada pela retração de 0,4% da indústria de transformação. Já as outras atividades industriais apresentaram aumento (Extrativa Mineral: 2,5%; Construção Civil: 1,4%; Eletricidade e gás, água, limpeza urbana: 0,9%).

Parte da queda observada na indústria de transformação pode ser explicada pela apreciação cambial, que favorece também a importação de bens de consumo, penalizando esse segmento.

As medidas macroprudenciais, associadas ao aperto monetário, que vem sendo implementadas pelo governo, deverão atingir mais diretamente as vendas de bens de consumo duráveis, mais dependentes de financiamentos. Assim, é esperada retração nas vendas/produção de setores como, por exemplo, máquinas e equipamentos, produtos eletroeletrônicos, móveis e na cadeia produtiva do Automotivo (autopeças, montadoras, concessionárias, agências de veículos).

No setor de **Serviços**, as maiores elevações foram observadas na Intermediação financeira e seguros (2,5%), Outros serviços (1,7%), Transporte, armazenagem e correio (1,4%) e Comércio (1,2%). O índice de volume das Atividades imobiliárias e aluguel cresceu 1,0%, seguido por Serviços de informação (0,8%) e Administração, saúde e educação pública (0,4%).

As vendas do setor de serviço não deverão sofrer grandes impactos com as medidas macroprudenciais e monetárias que vem sendo implementadas pelo governo com o intuito de desacelerar a economia. Com isso, podemos prever um cenário mais favorável para as MPE que atuam nos diversos segmentos deste setor. A exceção seria feita para o comércio de bens de consumo duráveis (concessionárias, agências de veículos, eletroeletrônicos, móveis etc), cujas vendas têm forte dependência do crédito.

Pela **ótica da demanda**, na análise do **PIB do quarto trimestre de 2010**, mereceu destaque o **Consumo das famílias**, com elevação de 2,5% no período, enquanto o Investimento cresceu “apenas” 0,7%, perdendo “fôlego” em relação ao crescimento observado nos três primeiros trimestres de 2010, quando as taxas situaram-se acima de 3,0%, no comparativo com o trimestre anterior.

Com o atual nível de taxa de juros – Selic em 11,75%, podendo terminar o ano em 12,5% –, espera-se redução do volume de investimentos no país, tendo em vista a possibilidade de muitos serem abandonados e/ou postergados. A exceção ficaria para projetos ligados a setores/eventos específicos como, por exemplo, extração mineral e Agronegócios, beneficiados pelos expressivos aumentos das *commodities* agrícolas e minerais; Energia (Usina de Belo Monte e Pré-sal); Copa do Mundo e Olimpíadas.

Ou seja, embora os investimentos devam continuar a dar sustentação ao crescimento do PIB, neste e nos próximos anos, sua contribuição será menor que a observada no ano passado.

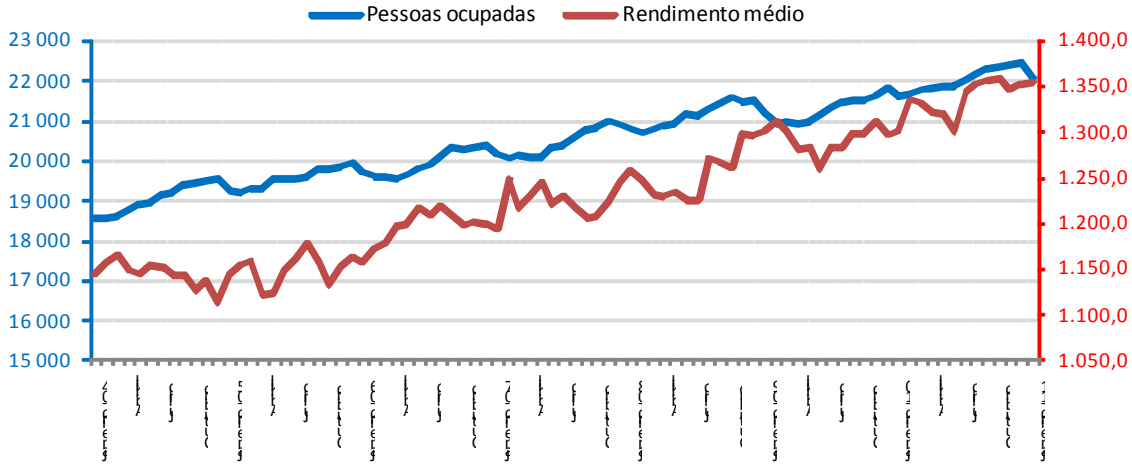
Na análise do **consumo das famílias**, importante analisarmos também o comportamento de outras variáveis, como o **nível de emprego**, a **renda** da população e o **índice de expectativa das famílias**, que têm influência direta nessa variável.

Como é sabido, o crescimento da economia brasileira, nos últimos anos, tem propiciado aumento constante do nível de emprego e do rendimento médio da população (gráfico a seguir).

No tocante à renda, o IBGE registrou crescimento de 5,3% no rendimento médio real das pessoas ocupadas, no comparativo jan-2011 sobre jan-2010, passando

de R$ 1.460,28 para R$ 1.538,30. Esses valores referem-se ao total das seis regiões metropolitanas pesquisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), merecendo destaque a região metropolitana de Recife, que computou incremento de 20,3% nesse indicador, seguida pelo Rio de Janeiro (+11,7%), Porto Alegre (+8,1%) e Salvador (+6,7%). As regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte foram as que registraram as menores taxas de crescimento nesse indicador (0,8% e 2,5%, respectivamente).

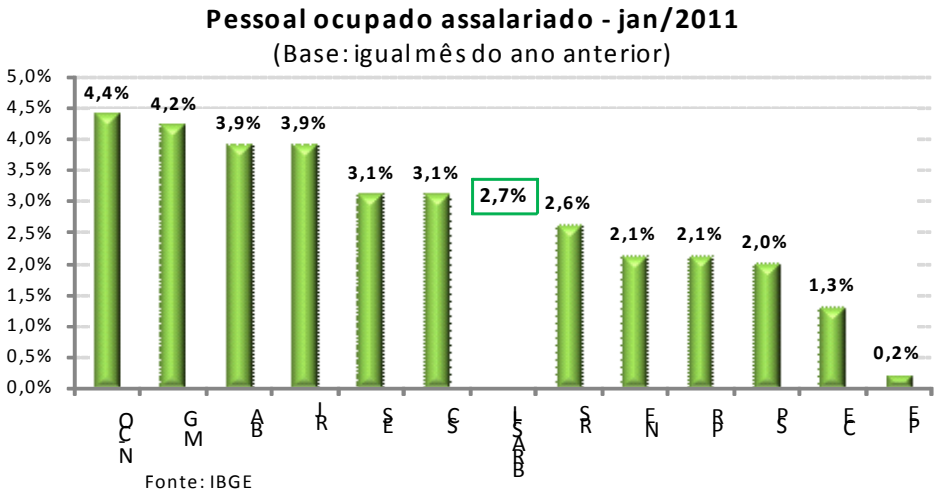
Pessoas ocupadas *versus* rendimento médio



Fonte: IBGE
Obs.: Os dados se referem a pessoas com 10 ou mais ocupadas e ao rendimento médio (setor privado), referentes às regiões metropolitanas das cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Não obstante a séria histórica mostrar aumentos constantes da quantidade de pessoas ocupadas, em janeiro, foi constatada pequena redução nesse indicador.

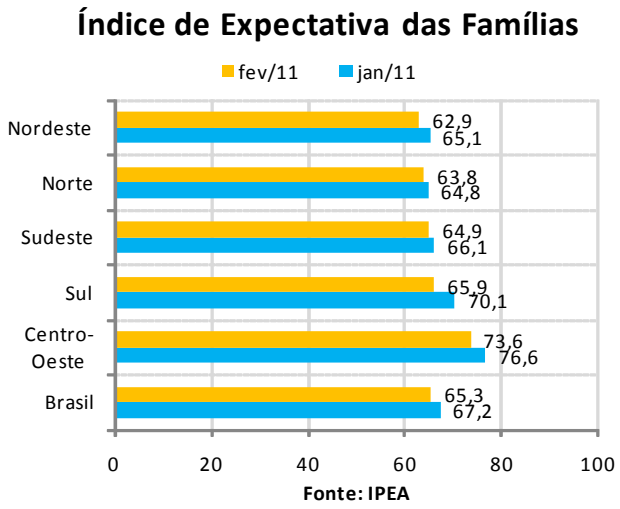
No segmento industrial, foi percebido decréscimo de 0,1%, comparando-se janeiro com o mês anterior, na taxa de pessoal ocupado, nas regiões especificadas no gráfico a seguir. Esse percentual coincidiu com o observado no mês anterior (sobre novembro-2010), livre dos efeitos sazonais, refletindo assim o menor dinamismo desse setor, o que vem sendo verificado desde o segundo trimestre do ano passado. Entretanto, se comparado com igual mês do ano anterior, a taxa de crescimento do emprego industrial permanece positiva, pelo 12º mês seguido, com perfil generalizado de expansão.



No comparativo janeiro 2011 com o mesmo mês do ano passado, destacaram-se com maiores taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado as regiões Norte e Centro-Oeste (4,4%), o estado de Minas Gerais (4,2%), Bahia e Rio de Janeiro (3,9%) e Espírito Santo e Santa Catarina (3,1%).

Em termos setoriais, houve expansão em 12 dos 18 ramos investigados, no mesmo período comparativo. As maiores elevações foram verificadas nas atividades de meios de transporte (8,2%), de produtos de metal (8,9%), de máquinas e equipamentos (7,4%), de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (7,6%) e de metalurgia básica (9,0%). Já as atividades de papel e gráfica e vestuário apresentaram retrações de 8,1% e 2,8%, respectivamente.

Analisando outro importante indicador: o **Índice de Expectativa das Famílias**, divulgado pelo IPEA, podemos perceber ligeira redução, de 67,2 para 65,3 pontos, nesse índice, de janeiro para fevereiro deste ano (gráfico ao lado). Não obstante essa pequena queda, as famílias ainda permanecem otimistas em relação à situação sócio-econômica do país. Destacam-se com maiores níveis de otimismo as famílias das regiões Centro-oeste e a Sul.

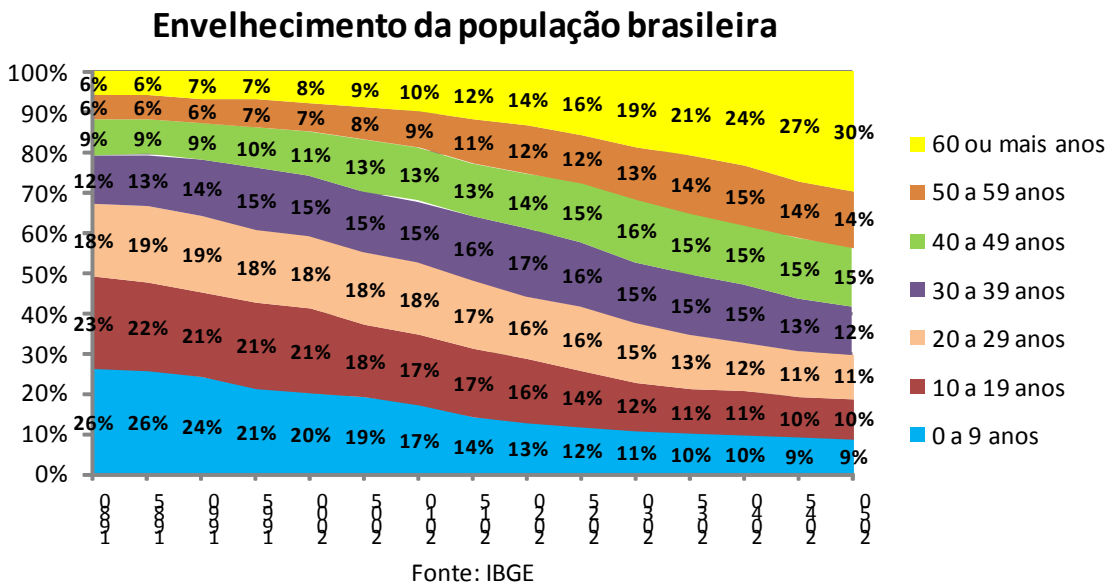


O **Índice de Confiança do Empresário Industrial**, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) também registrou queda. De fevereiro para março, caiu 1,3 ponto, situando-se em 60,3 pontos. Em março de 2010, esse indicador estava em 67,7 pontos. Não obstante o fato de os empresários ainda estarem

confiantes com a economia brasileira, a queda no indicador pode estar refletindo um maior grau de incerteza, por parte desses empresários, em relação aos efeitos das medidas restritivas ao consumo, que vem sendo adotadas pelo governo.

No tocante ainda à análise do consumo, importante abordarmos um outro dado fornecido pelo IBGE, que se refere ao envelhecimento da população brasileira.

Segundo projeções daquele Instituto, a participação da população com 60 anos ou mais, no total da população brasileira, passará de 10%, em 2010, para 30%, em 2050. Isso representa uma mudança no perfil de consumo da população, abrindo oportunidades de mercado para o atendimento das necessidades desse público, que tende a chegar nessa faixa de idade mais saudável, em função dos avanços observados na medicina, que contribui para o aumento da expectativa de vida do brasileiro, e com maior poder aquisitivo, dada a contínua melhoria de renda da população.



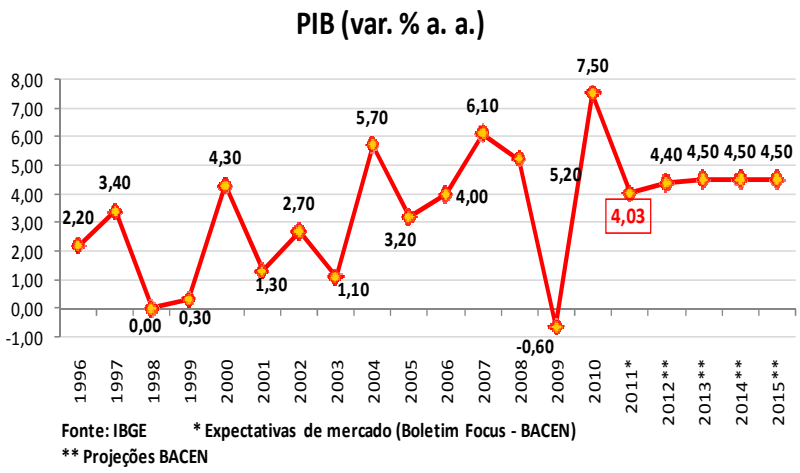
Dando continuidade à analise da demanda agregada, detalhando agora a **balança comercial**, podemos constatar que as **importações totais** fecharam 2010 com expressivo crescimento de 36,2% sobre o ano anterior, destacando-se as importações de **Máquinas e Ferramentas** (+72,76%), dentro do grupo de Bens de Capital, enquanto as **exportações totais** registraram aumento de 11,5%.

Entretanto, desde dezembro de 2010, já podemos observar ritmo maior de crescimento das exportações em relação às importações, devido, basicamente, à contínua elevação dos preços das *commodities*, como as agrícolas (soja, milho, trigo etc) e o minério de ferro, basicamente. Em fevereiro deste ano, os embarques cresceram 23,5% e as compras do exterior, 18,4%.

No primeiro bimestre de 2011, a **balança comercial** acumulou superávit de US$ 1,622 bilhão, como resultado da diferença entre US$ 31,947 bilhões de

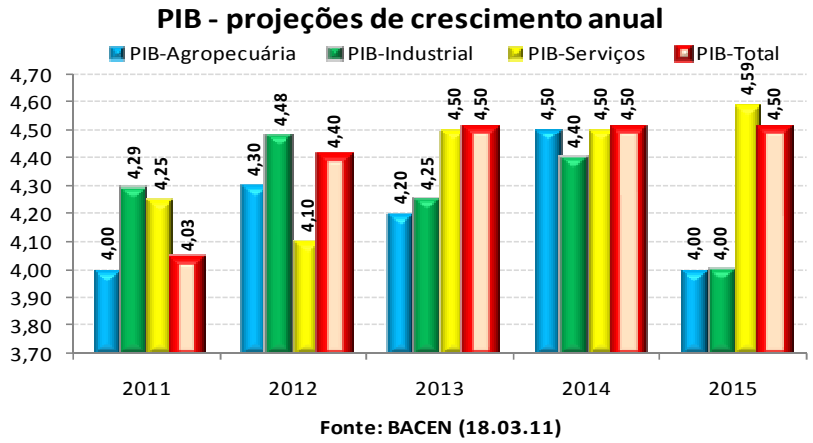
exportações e US$ 30,325 bilhões de importações, enquanto o superávit comercial, em igual período de 2010, foi de “apenas” US$ 210 milhões. Fato negativo é que a participação de produtos industrializados (semi e manufaturados) caiu de 59,7% para 53,89%, enquanto a participação de “matérias-primas” cresceu de 37,6% para 44,0%, nesse mesmo período comparativo.

Para os próximos meses, é esperada redução nos preços, principalmente, das *commodities* minerais e metálicas, em função do desaquecimento da economia asiática (vide análise da Ásia, no tópico “Ambiente Externo”, adiante). Algumas *commodities* agrícolas já começam a registrar redução nos preços, no entanto, suas cotações deverão continuar em patamares elevados nos próximos anos, em função do crescimento da demanda mundial por alimentos.



Segundo projeções do mercado, consolidadas pelo BACEN (18.03.11), o PIB deverá fechar este ano com crescimento de 4,03% sobre 2010. Para 2012, projeta-se alta de 4,40% e, para os anos seguintes (até 2015), crescimento médio anual de 4,5%.

Abaixo, podem ser visualizadas as projeções para o crescimento do PIB, por setor da atividade econômica.



Segundo cálculos de alguns analistas, para que o PIB volte a registrar taxas de crescimento entre 5,0% e 5,5%, seria necessário que os investimentos passassem da atual proporção de 18,4% do PIB para cerca de 23% do PIB.

AMBIENTE EXTERNO

Estados Unidos

Segundo dados fechados do Federal Reserve (Fed) – o banco central dos EUA –, o PIB americano cresceu 2,6% no terceiro trimestre de 2010, 1,7% no segundo, e 2,7% no primeiro. Para o quarto trimestre, o Departamento de Comércio dos EUA estima crescimento de 2,8% desse indicador. Para o primeiro trimestre deste ano, analista acreditam em uma aceleração da economia americana.

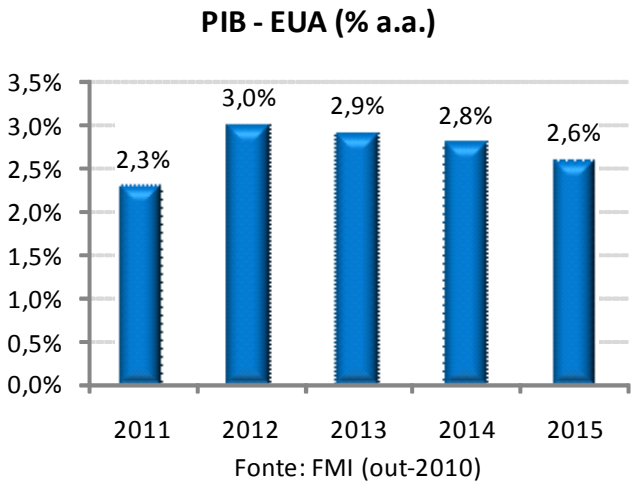
Em janeiro, a taxa de desemprego voltou a cair nos Estados Unidos pelo segundo mês consecutivo, situando-se em 9,0% da população, o equivalente a 13,9 milhões de desempregados, de acordo com dados oficiais do Departamento de Trabalho. Porém, ainda se encontra em patamar elevado – de 2000 a 2008 (antes da crise), oscilou entre 4,5% e 6% – e deverá continuar nesse patamar, pelo menos, neste ano.

O indicador que mede a confiança do americano apresentou elevação em fevereiro passado, saindo de 74,2 para 77,5. Em fevereiro de 2010, situava-se em 73,6. Isso mostra certa consolidação da percepção de melhora da economia, por parte dos consumidores.

Outro dado importante, que aponta para uma expansão da economia americana é o índice de indicadores antecedentes, que aumentou 0,8% em fevereiro, atingindo 113,4, segundo o Instituto Conference Board.

À medida em que o cenário de melhoria vá se confirmando, as taxas de juros de longo prazo subirão (o que já está sendo percebido), devendo provocar uma reversão do fluxo de capitais para o país.

As recentes elevações nos preços internacionais do petróleo, em decorrência dos conflitos nos países árabes, não deverão causar grandes impactos à economia americana, podendo, na pior das hipóteses, reduzir o ritmo de crescimento da atividade econômica e provocar elevações nos índices de inflação.



As projeções para o crescimento do PIB dos EUA, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estão mostradas no gráfico ao lado.

Zona do Euro

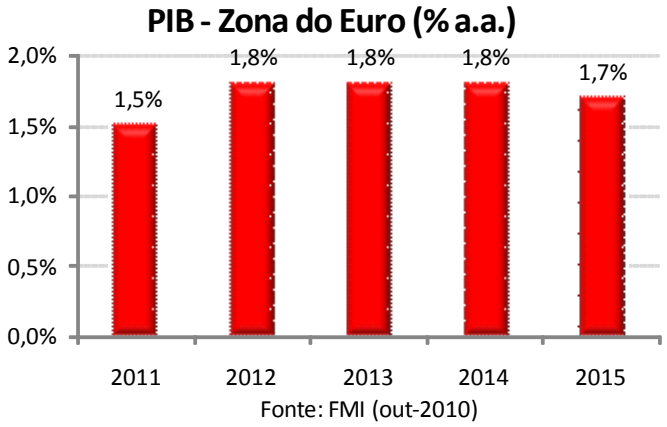
O PIB da Zona do Euro avançou 0,3% no quarto trimestre de 2010, fechando o ano com elevação de 1,7%, enquanto a economia da União Européia encerrou 2010 com crescimento de 1,8%.

A inflação anual ao consumidor, na zona do euro, ficou em 2,3% em janeiro de 2011, ligeiramente acima da taxa verificada em dezembro do ano passado (2,2%). Pressionou o índice o movimento dos grupos transporte e habitação.

Já a inflação em nível de atacado, em janeiro, registrou alta de 1,5%, a maior elevação mensal observada, desde a formação do bloco. Puxou esse índice, a alta dos preços no setor de energia (3,2%). No acumulado de doze meses, o índice totaliza 6,1% e os custos com energia, 12,5%.

A taxa de desemprego na Zona do Euro ficou em 9,9% no primeiro mês deste ano. Em janeiro e dezembro de 2010, havia se situado em 10,0%.

Na União Européia, o nível de desocupação foi de 9,5% em janeiro deste ano, mesmo patamar registrado no mesmo mês do ano passado e 0,1 ponto percentual abaixo da verificada em dezembro último. As menores taxas de desemprego foram observadas na Holanda e Áustria (4,3% em cada um desses países). Já a Espanha registrou a maior taxa: 20,4%. O FMI projeta para a Zona do Euro crescimento médio do PIB, de 1,5% neste ano, de 1,8% de 2012 a 2014, e de 1,7%, em 2015 (gráfico ao lado).



Ásia

Praticamente, metade da corrente de comércio do bloco de economias asiáticas provém dos países que integram esse bloco. Assim, a recente tragédia ocorrida no Japão irá se refletir de forma imediata e mais intensamente, nos países vizinhos, principalmente, na China e na Coréia do Sul.

O processo produtivo no Japão caracteriza-se pela alta produtividade, economia de custos e baixos estoques. Com isso, a falta de energia continuará paralisando boa parte de suas fábricas, impactando sua relação comercial, principalmente, com seus vizinhos asiáticos.

Só com as exportações de máquinas elétricas, aço, produtos químicos e bens manufaturados, para seus vizinhos, o Japão fatura cerca de US$ 450 bilhões, anualmente. O Japão responde ainda por 13,9% das exportações mundiais de automóveis e peças, por 10,7% das de componentes de informática, por 30% da produção mundial de memórias flash, para câmeras eletrônicas e smartphones e 15% da de memória D-Ram para PCs (matérias divulgadas no “The Wall Street Journal” e no “Financial Times”).

Assim, espera-se que a nova realidade da economia japonesa acabe por colaborar com o desaquecimento das economias asiáticas, o que já era um objetivo dos governos dos países que integram a região, dado o aumento da inflação, demonstrando elevados níveis de utilização da capacidade produtiva das empresas desses países.

A China, por exemplo, depois de ter registrado deflação nos primeiros meses de 2009, já computa inflação na casa dos 5,0% (acumulada em doze meses), em janeiro deste ano, não obstante já venha registrando também desaceleração na atividade industrial.

O Japão destaca-se ainda como um importante consumidor de matérias-primas: maior importador mundial de milho, terceiro maior de soja e quinto de trigo. A siderurgia japonesa absorve cerca de 13% de toda a produção mundial de minério de ferro.

Com os problemas nas suas Centrais de Energia Nuclear, o Japão tenderá a consumir também mais petróleo, o que contribuirá para a elevação do preço dessa *commodity*, já pressionado pelos conflitos na Líbia e Oriente Médio.

A expectativa é de retração da demanda japonesa por *commodities* agrícolas, no curto prazo, em função de problemas de logística, e de uma redução nos preços das *commodities* minerais e metálicas, com a desaceleração da economia asiática.

Entretanto, espera-se que o Japão, assim que contornar os problemas de energia que vem vivenciando, volte logo a demandar, em maior volume, *commodities* minerais e metálicas, dada a necessidade de reconstruir as cidades atingidas pelos terremotos e maremotos.

O FMI projeta crescimento médio do PIB da China, de 9,7% a.a., para o período 2010 a 2015.

RESUMO DAS PERSPECTIVAS

- Produto Interno Bruto (PIB) continua a crescer em 2011 e anos seguintes, mas a uma taxa menor (cerca de 4,03% este ano, 4,40%, em 2012, e 4,50%, em média, nos anos seguintes até 2015).

- Inflação (IPCA) se mantém em nível elevado, devendo fechar o ano em torno de 5,88%, acima da meta de 4,5%, pressionada, principalmente, pelos preços das *commodities* agrícolas e minerais (inflação de custo) e por um mercado demandante ainda aquecido. Para 2012, analistas de mercado trabalham com uma previsão de IPCA em 4,80% (também acima da meta 4,5%). De 2013 a 2015, segundo previsões, o IPCA se situará em torno de 4,5% a. a.
- Novos aumentos da taxa básica de juros (Selic), refletindo-se nas taxas de empréstimos e financiamentos bancários, principalmente no crédito pessoal e no capital de giro, linha bastante utilizada pelas MPE, tanto para o dia-a-dia de suas atividades quanto para investimentos, dada à dificuldade que enfrentam para conseguir financiamentos com taxas mais baratas, junto aos bancos, quando da necessidade de realizarem investimentos. Analistas de mercado prospectam Selic em 12,5% para 2011. Selic deve voltar a ser reduzida a partir de 2012. Projeções para a Selic: 2012 = 11,25%; 2013 = 10,05%; 2014 = 10,0% e 2015 = 10,0%.
- Taxa de câmbio (RS/US$) deverá sofrer pequena desvalorização, com o real encerrando este ano em torno de 1,70 (por dólar), em função da melhoria da economia dos EUA, provocando repatriação de capitais. Entretanto, se comparada com os níveis de 2010, a taxa permanece valorizada, continuando a favorecer as importações em detrimento das exportações. Para os anos seguintes, projeta-se real por dólar a 1,75 (2012), 1,80 (2013), 1,85 (2014) e 1,88 (2015).
- Balança Comercial: Exportações continuarão a ser favorecidas pelo elevado patamar de preços das *commodities* (agrícolas e minerais), o que anula, em parte, o efeito do câmbio. Importações também continuarão em ritmo crescente, prejudicando, mais especificamente, a indústria de transformação.
- Nível de emprego e renda devem se manter estáveis e em patamares elevados, este ano e nos anos seguintes, continuando a pressionar a inflação, pelo lado da demanda, principalmente no que diz respeito ao consumo de produtos básicos, como gêneros alimentícios, higiene pessoal, vestimentas e calçados, que praticamente independem de financiamentos. Poderá ser observada redução do nível de emprego na indústria (de transformação), em função da maior concorrência com produtos importados.
- Ritmo de consumo de bens duráveis tende a apresentar pequena retração, devido ao aumento da inadimplência, que reduz a capacidade de endividamento do consumidor, e das medidas macroprudenciais e de aperto monetário que vem sendo implementadas pelo governo.
- Reavaliação das políticas de reajustes salariais pelas empresas, evitando indexação dos reajustes à inflação (em 2010, 89% das “unidades de negociação”, pesquisas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), concederam aumentos reais de salários).

- Redução e até mesmo a postergação de investimentos, em função das taxas de juros em níveis mais elevados. A exceção seria feita para projetos ligados a alguns setores/eventos como o Agronegócio, Energia (Usina de Belo Monte e pré-sal), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

PERSPECTIVAS SETORIAIS PARA AS MPE

- ✓ Os setores industriais que tendem a apresentar perspectivas **menos** favoráveis são aqueles que já vinham enfrentando e deverão continuar a enfrentar forte concorrência com os produtos importados como, por exemplo, o Têxtil e Confecções, o de Brinquedos e o de Calçados, tendo em vista a perspectiva de que a taxa de câmbio continue valorizada em relação a 2010, beneficiando as importações.
- ✓ O cenário mostra-se também **pouco** favorável para as MPE que atuam nas cadeias produtivas dos setores que produzem e comercializam bens de consumo duráveis, como, por exemplo, a do automotivo (autopeças, montadoras, concessionárias, agências de veículos etc) e a do eletroeletrônicos, em função das medidas macroprudenciais e do aperto monetário ora em curso, impactando as vendas desses setores. A exceção, nesse caso, poderia ser feita para as MPE que operam no mercado de reposição de autopeças (indústria e comércio), em função da grande quantidade de veículos em circulação no país.
- ✓ As MPE que operam na cadeia produtiva do setor de Bens de Capital também poderão ser penalizadas, não só em função do aumento das taxas de juros, que inibem investimentos, em geral, mas também em função da forte concorrência com produtos importados, principalmente, da China. Em 2010, as importações de Máquinas e Ferramentas, por exemplo, que fazem parte desse grupo, registraram aumento de 72,76% sobre 2009.
- ✓ Cenário extremamente favorável para o agronegócio, em função dos elevados níveis de preços das *commodities* agrícolas, resultado da maior demanda mundial por alimentos, sem a contrapartida da oferta, que vem possibilitando expressivos aumentos das rentabilidades das empresas que integram as cadeias produtivas desse setor, levando a reboque as MPE.
- ✓ Outro setor da economia que deve continuar com vendas crescentes é a indústria da Construção Civil, em função da crescente demanda por imóveis residenciais e comerciais, o que continuará beneficiando as MPE que atuam nessa cadeia produtiva. Importante ressaltar que as medidas macroprudenciais não se aplicaram às operações de crédito imobiliário, portanto, as taxas de juros desses financiamentos não deverão se majoradas.

- ✓ Cenário promissor também para as MPE que pertencem às cadeias produtivas de setores com o de mineração e energia (petróleo) e às atividades ligadas à Copa do Mundo (2014) e às Olimpíadas.
- ✓ Com base nesse cenário prospectado, podemos destacar como oportunidades de exploração de mercado, para as MPE, os serviços ligados à área de formação profissional, como o de cursos de línguas estrangeiras, profissionalizantes, de capacitação e preparatórios, não só em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também de um mercado empregador cada vez mais exigente na formação/capacitação profissional.
- ✓ Atividades direcionadas às pessoas da "terceira idade" (60 anos ou mais) vem se mostrando, igualmente, como oportunidade de mercado a ser explorada pelas MPE, podendo ser oferecidos à esse público serviços/atividades como, por exemplo, pacotes turísticos específicos; promoções de eventos específicos; cursos e oficinas específicos; clínicas especializadas; serviços pessoais (enfermeiras, governantas, motoristas etc).
- ✓ Mercado promissor também para serviços ligados à área de educação, mais especificamente, à formação profissional, como cursos de línguas estrangeiras, profissionalizantes, de capacitação e preparatórios, não só em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também de um mercado empregador cada vez mais exigente na formação/capacitação profissional. Nesse contexto, incluem-se os cursos *online* (pela internet), considerando o baixo custo desses cursos tanto para os alunos como para as instituições.
- ✓ O cenário para o setor de Serviço (que inclui o Comércio), no geral, mostra-se favorável, tendo em vista o aumento da massa salarial nos últimos anos e a perspectiva de manutenção dos salários e emprego, em níveis elevados. A exceção seria feita para o comércio de bens de consumo duráveis, em função de sua grande dependência do crédito, que tende a ficar cada vez mais caro, com as medidas que vem sendo implementadas pelo governo para conter o consumo e, conseqüentemente, a inflação.

Conclusão

Diante da atual conjuntura macroeconômica e do cenário ora prospectado, podemos concluir que o mercado interno continuará demandante, dando sustentação ao crescimento econômico este ano, embora em ritmo menor que o observado em 2010. Não haverá retração do PIB, apenas um crescimento a taxas menores que a observada em 2010.

Em que pese esse cenário de continuidade de crescimento econômico para este e os próximos anos, alguns setores tendem a continuar a ser penalizados pela taxa de câmbio, que vem favorecendo as importações, e pelas medidas

macroprudenciais e de “aperto” monetário que estão sendo implementadas pelo governo, com o propósito de conter o consumo e, conseqüentemente, a inflação. Tais medidas atuarão no sentido de encarecer o crédito não só para consumidor final, mas também para as empresas que demandam linhas como o capital de giro, por exemplo.

Dada essa realidade, poderiam ser envidados esforços no sentido de se priorizar o atendimento às MPE que atuam nas cadeias produtivas dos setores/segmentos que produzem e comercializam bens de consumo duráveis, como, por exemplo, setor automotivo (indústria de autopeças, agências de veículos etc) e de eletroeletrônicos, assim como nos setores que vem enfrentando forte concorrência com produtos importados (Calçados, Têxtil e Confecções, Brinquedos etc).

As MPE que operam no setor de Bens de Capital também tendem a ser penalizadas, não só em função da concorrência com produtos importados, mas também devido ao aumento das taxas de juros, o que inibe investimentos, em geral, prejudicando as vendas de produtos desse setor.

Para esses nichos de mercado, seriam direcionadas ações (cursos, consultorias etc), com o objetivo de melhor capacitar empreendedores quanto ao gerenciamento (operacional e financeiro) dos fluxos de caixa de seus negócios, considerando a perspectiva de reduções das receitas e aumentos dos custos financeiros.

Nesse caso, importante também que as MPE, que atuam nesses setores, pudessem reavaliar a implantação de projetos de investimentos, tendo em vista o encarecimento do crédito, notadamente, do capital de giro, linha bastante demandada pelas MPE, não só para a manutenção de suas atividades, mas também para realização de investimentos.

Por outro lado, dado que o cenário se mostra favorável para outras áreas da atividade econômica, poderiam ser priorizadas consultorias/atendimentos às MPE que atuam nas cadeias produtivas do agronegócio bem como às que, praticamente, independem de crédito, nas comercializações de seus produtos/serviços.

Ênfase maior também poderia ser dada à conquista e ampliação de mercados como os voltados ao atendimento das necessidades/interesses da população com mais de 60 anos de idade e à área de educação, mais especificamente à formação profissional, como cursos de línguas estrangeiras, profissionalizantes, de capacitação e preparatórios, não só em função da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas também de um mercado empregador cada vez mais exigente na formação/capacitação profissional. Nesse contexto, incluem-se também o mercado onde atuam MPE que ofertam cursos *online* (pela internet), considerando o baixo custo desses cursos tanto para os alunos como para as instituições.

Assim, podemos concluir que, com base em uma ação coordenada das unidades do SEBRAE, há como se definir estratégias específicas de atendimento às MPE, priorizando-se setores econômicos, por exemplo, em função da perspectiva de reação desses ao cenário ora prospectado.